

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3582/2018-PGJ, DE 24.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire 4 (quatro) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012, a serem usufruídos no período de 21 a 23.11.2018 e no dia 7.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3583/2018-PGJ, DE 24.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Tiago Di Giulio Freire 5 (cinco) dias de férias remanescentes, sendo 1 (um) dia referente ao período aquisitivo 2013/2014 e 4 (quatro) dias referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 10 a 14.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3584/2018-PGJ, DE 24.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto para participar do “IX Encontro Nacional do Ministério Público da Violência Doméstica”, a ser realizado nos dias 22 e 23.11.2018, no Auditório das Promotorias de Justiça da Capital, em Cuiabá/MT.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3586/2018-PGJ, DE 24.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 9º Promotor de Justiça da comarca de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Ribas do Rio Pardo, no julgamento do Processo nº 0001351-55.2012.8.12.0041, no dia 5.11.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3587/2018-PGJ, DE 24.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Juliano Albuquerque 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídos no período de 19 a 23.11.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3588/2018-PGJ, DE 24.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja 5 (cinco) dias de férias remanescentes, sendo 1 (um) dia referente ao período aquisitivo 2012/2013 e 4 (quatro) dias referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídos no período de 10 a 14.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3590/2018-PGJ, DE 24.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Incluir na Portaria nº 3456/2018-PGJ, de 15.10.2018, que convocou membros para participarem do *Workshop* “A atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri”, o Promotor de Justiça abaixo indicado e torná-la sem efeito na parte que convocou os Promotores de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes e Lenize Martins Lunardi Pedreira:

- Daniel Higa de Oliveira

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3591/2018-PGJ, DE 24.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo para participar do 4º Encontro Regional do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP) 2020-2029, nos dias 24 e 25.10.2018, em Belo Horizonte/MG.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3593/2018-PGJ, DE 24.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 12.10.2014; 16, 17, 23 e 24.5.2015, a serem usufruídos nos dias 10, 11, 12, 13 e 14.12.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e tornar sem efeito a Portaria nº 2094/2018-PGJ, de 19.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3577/2018-PGJ, DE 23.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Gláucia Gonzaga Vieira de Sá, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 17.10.2018, pelo período de 60 (sessenta) dias, em prorrogação.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 3578/2018-PGJ, DE 23.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Silas Eduardo Furini, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu genitor, a partir de 13.10.2018, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 3579/2018-PGJ, DE 23.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Andressa Munhoz Angelo Ennes, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 22.10.2018, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213/91, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6.5.1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 3581/2018-PGJ, DE 23.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 3459/2018-PGJ, de 15.10.2018, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Jose da Cruz Soares; de forma que, onde consta: Período de Conversão – 25.1 a 3.2.2018, passe a constar: Período de Conversão – 25.1 a 3.2.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 26/2018/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001116-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ilegalidade na nomeação de servidor para o cargo de gestor de serviços organizacionais no Executivo de Nova Andradina/MS, no ano de 2016. **2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001822-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual dano ambiental em virtude de despejo de efluentes em córrego localizado nesta cidade de Nova Andradina/MS. **3) Inquérito Civil nº 06.2017.00000356-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Organização Social Gerir - Assunto: Apurar notícia de irregularidades decorrente da gestão do Organização Social Instituto Gerir no Hospital Regional Dr. José de Simone Neto. **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000033-7** - 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio histórico e cultural da Esplanada Ferroviária, haja vista a sanção da lei municipal nº 5.932/2017, de 13 de Dezembro de 2017, que alterou o nome do Complexo Ferroviário Histórico e Urbanístico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, nome este inscrito no livro tombo, passando a ser denominado Esplanada Ferroviária Governador Pedro Pedrossian. **5) Inquérito Civil nº 06.2017.00002322-6** - 2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Caarapó - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Frei Eucário - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Asilo

Frei Eucário, em Caarapó/MS. **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00002135-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Isair Mazolini - Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da área de preservação permanente e reserva legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade Chácara Recanto do Pantanal, Área 2, localizada às margens do Rio Apa.

**7) Inquérito Civil nº 06.2018.00000036-0** - 57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa - Assunto: Apurar irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 13569 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS DENASUS. (Inquérito Civil n. 71/2015 - migrado para o SAJ).

**8) Inquérito Civil nº 06.2018.00001582-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: G10 Transportes Ltda. - Assunto: Apurar eventual dano ambiental praticado pela empresa G10 Transportes Ltda., decorrente do despejo acidental de fertilizante às margens da Rodovia Br 163, km 784, nesta cidade de Coxim/MS.

**9) Inquérito Civil nº 06.2018.00002555-0 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju.

**10) Inquérito Civil nº 06.2018.00000293-5 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

**11) Inquérito Civil nº 06.2018.00002592-8** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação e Comunidade Domina Nostra Regina Pacis - Assunto: Apurar degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Portinho Pache localizada na propriedade da Associação e Comunidade Domina Nostra Regina Pacis, Quadra 15, Lotes 09 e 11, Jardim Auxiliadora, assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

**12) Inquérito Civil nº 06.2017.00000995-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerentes: Ministério Público Estadual - Requerido: Valdomiro Brischiliari - Assunto: Apurar eventual nomeação de pessoas além do previsto na legislação vigente.

**13) Inquérito Civil nº 06.2018.00000436-6 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis.

**14) Inquérito Civil nº 06.2016.00001581-1 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes.

**15) Inquérito Civil nº 06.2017.00000605-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Antônio João - Assunto: Investigar eventuais irregularidades no quadro servidores públicos do município de Antônio João/MS consistentes em contratações de servidores por tempo determinado sem atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, prática de nepotismo, bem como nomeações de servidores comissionados para o desempenho de atividades não relacionadas às atribuições de direção, chefia ou assessoramento.

**16) Inquérito Civil nº 06.2017.00001052-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Antônio João - Assunto: Apurar prática de nepotismo no âmbito no poder executivo do município de Antônio João.

**17) Inquérito Civil nº 06.2018.00001312-1** - 46ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Janayne Pereira de Oliveira - Requerido: Comissão Permanente de Ética dos Conselheiros Tutelares de Campo Grande - COPECT - Assunto: Apurar situação de descontentamento da Conselheira Tutelar Janayne Pereira de Oliveira em relação à atuação da Comissão Permanente de Ética dos Conselheiros Tutelares de Campo Grande - COPECT.

**18) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000793-0** - 10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar as causas da exclusão do município de Dourados do Plano de Expansão da Radioterapia do SUS (Portaria nº 931/2012), bem como empreender medidas colaborativas para a sua reversão.

**19) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001552-0** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Lady Ferla, Délia Godoy Razuk e Landmark Ferreira Rios - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação oriunda do Pregão Presencial nº 076/2017, em razão de, em tese, os serviços contratados serem objeto da atribuição de candidatos aprovados em concurso público, que aguardam nomeação.

**20) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002154-3** - Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Acompanhar e fiscalizar a obra de reparação no muro e padrão de energia da Escola Estadual Guimarães Rosa.

**21) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002863-6** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar se a USF Vila Donária está realizando o exame preventivo de papanicolau.

**22) Inquérito Civil nº 06.2015.00000172-4 (Sigiloso)** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**23) Inquérito Civil nº 06.2017.00000611-6 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

**24) Inquérito Civil nº 06.2016.00000768-8 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**25) Inquérito Civil nº 06.2017.00001200-7 - (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

**26) Inquérito Civil nº 06.2017.00001289-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fátima Aurélia

Medeiros Amarilha - Assunto: Apurar situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado fazenda Samambaia, neste Município. (Programa SOS-RIOS). **27) Inquérito Civil nº 06.2018.00000041-5** - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a ausência de profissional de enfermagem no plantão do Hospital Municipal de Sete Quedas. **28) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001692-9** - 33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 2º Serviço Notarial e de Registro Civil da 1ª Circunscrição de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar supostas irregularidades no reconhecimento voluntário de paternidade e maternidade socioafetiva, em atenção aos Provimentos nº 63/2017/CNJ e 149/2017/TJMS. **29) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001694-0** - 33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 3º Serviço de Registro Civil da 3ª Circunscrição de Campo Grande/MS - Assunto: Apurar supostas irregularidades no reconhecimento voluntário de paternidade e maternidade socioafetiva, em atenção aos Provimentos nº 63/2017/CNJ e 149/2017/TJMS. **30) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000119-1** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Licença de servidora pública em desacordo com a Legislação Municipal. **31) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001695-1** - 33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 9º Serviço Notarial e de Registro Civil da 2ª Circunscrição - Assunto: fiscalizar o 9º Serviço Notarial e de Registro Civil da 2ª Circunscrição de Campo Grande/MS quanto à averbação de paternidade ou de maternidade socioafetiva sem prévia constituição judicial do vínculo familiar por meio de adoção. **32) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001136-7** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Águas Guariroba S.A. - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no corte do fornecimento de água sem a devida notificação do usuário. **33) Inquérito Civil nº 06.2016.00001146-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: GMB Engenharia Ltda., e o município de Sonora/MS - Assunto: Apurar o cometimento de eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes da ofensa aos princípios da administração pública, da moralidade, da eficiência, da economicidade, da legalidade, da igualdade, da impessoalidade, da probidade administrativa, além de outros princípios sobre a boa e correta utilização de recursos, em prejuízo do patrimônio público. **34) Inquérito Civil nº 06.2018.00000927-2** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Olga Mont Serrat Barbosa de Almeida, fazenda Boa Vista - Assunto: Apurar a degradação em área de preservação permanente, ocorrida na fazenda Boa Vista, de propriedade de Olga Mont Serrat Barbosa de Almeida, localizada no município de Jardim/MS. **35) Inquérito Civil nº 06.2017.00000668-2 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista. **36) Inquérito Civil nº 06.2018.00001474-2 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista. **37) Inquérito Civil nº 06.2018.00001769-4 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista. **38) Inquérito Civil nº 06.2018.00001143-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Anne Marie Koller - Assunto: Apurar eventual degradação em área de preservação permanente e existência de pontos de erosão de grandes proporções, na propriedade de Anne Marie Koller, denominada fazenda Boa Esperança, localizada na zona rural neste Município. **39) Inquérito Civil nº 06.2018.00001966-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados - Requerentes: Ministério Público Estadual, Claudia Marigone e Rosani Espindola Barros Penze - Requeridos: Aribaldo Bispo dos Santos e Júlio Cleverton dos Santos - Assunto: Apurar a prática de eventual improbidade administrativa supostamente praticada pelos vereadores Aribaldo Bispo dos Santos e Júlio Cleverton dos Santos. **40) Inquérito Civil nº 06.2017.00000675-0** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Cassilândia - Assunto: Acompanhar o procedimento de vistoria de transporte escolar referente ao 2º semestre de 2016. **41) Inquérito Civil nº 06.2018.00001984-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerentes: Ministério Público Estadual - Requerido: Sebastião Esquerdo - Assunto: Apurar possíveis danos ambientais na Fazenda Cachoeirinha, de propriedade de Sebastião Esquerdo. **42) Inquérito Civil nº 06.2016.00001071-6 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **43) Inquérito Civil nº 06.2018.00001787-2** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Altinor Rezende Caramalac - Assunto: Apurar eventual supressão de vegetação sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na Estância Prosperidade, situada no município de Rochedo. **44) Inquérito Civil nº 06.2018.00001948-1** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marco Aurélio Aliberti Mammana - Assunto: Apurar a situação jurídico- ambiental da fazenda Porto Bonito, que margeia o Rio Amambai, localizado neste Município, como também a adoção de medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes. **45) Inquérito Civil nº 06.2018.00001976-0** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

- Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Agropass Agropecuária Ltda. - Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Volta Redonda, que margeia o Rio Amambai, localizado neste município, como também a adoção de medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes. **46) Inquérito Civil nº 06.2018.00001449-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Porthal Eventos - Assunto: Apurar denúncias de poluição sonora decorrente da atividade comercial do estabelecimento “Porthal Eventos”, localizado nesta cidade. **47) Inquérito Civil nº 06.2018.00002921-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Manoel Claudemiro Brandão, Laercio Cavalcante Brandão, Sidmar Santana da Cruz e Eudis Lacerda Brandão - Assunto: Apurar o dano ambiental causado pela supressão de vegetação sem a devida autorização ambiental no lote nº 140, localizado no assentamento São João, em Nova Andradina/MS. **48) Inquérito Civil nº 06.2018.00000589-8 (Sigiloso)** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá. **49) Inquérito Civil nº 06.2018.00002558-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Marcos Caetano da Silva - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual violação das normas de regulação da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná. **50) Inquérito Civil nº 06.2016.00000687-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agrobay Agrícola Ltda. - ME - Assunto: Apurar a prática de dano ambiental pela empresa Agrobay Agrícola consistente em causar poluição atmosférica por meio de resíduos advindos de suas atividades de beneficiamento, limpeza e empacotamento de cereais em razão da falta de Sistema de Controle Ambiental (SCA). **51) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000889-5 (Sigiloso)** - 50ª Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Campo Grande. **52) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002839-1** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Serviço de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Campo Grande/MS - Assunto: Tomar providências sobre a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Campo Grande. **53) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001134-5** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Chácara Luz Verde - Assunto: Apurar eventual irregularidade no funcionamento do estabelecimento “Chácara Luz Verde”, consiste na falta das devidas licenças/certificações dos órgãos competentes. **54) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002841-4** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais da 3ª Circunscrição da Comarca de Campo Grande - Assunto: Tomar providências sobre a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da 3ª Circunscrição de Campo Grande. **55) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002842-5** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: 9º Serviço Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais da 2ª Circunscrição da Comarca de Campo Grande - Assunto: tomar providências sobre a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no Cartório do 9º Registro Notarial e de Registro Civil das Pessoas Naturais da 2ª Circunscrição de Campo Grande. **56) Inquérito Civil nº 06.2018.00002864-7** - 57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar se há falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Paulo Coelho Machado. **57) Inquérito Civil nº 06.2017.00002125-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Cibele Santos da Rosa Almeida, Cristina Margarida Koopman de Almeida, João Peres Moreno Filho, Marco Antônio Bulhões de Almeida e Neuro Bulhões de Almeida - Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na fazenda São João, em razão da supressão de 56,1837 hectares de vegetação nativa. **58) Inquérito Civil nº 06.2018.00001094-6** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar desmatamento de 12,01 ha ocorrido em propriedade rural ainda não identificada, localizada neste município de Nioaque/MS, conforme Parecer nº 1149/17/NUGEO. **59) Inquérito Civil nº 06.2018.00001795-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Nelson de Souza Ribeiro - Assunto: Apurar eventual dano decorrente do corte de árvores sem autorização ambiental, assim como a regularidade jurídico-ambiental das áreas de Reserva Legal Preservação Permanente e a conservação do solo do imóvel denominado “fazenda Cachoeirinha” localizada no município de Coxim/MS. (IC 008/2013 Migrado para o SAJMP). **60) Inquérito Civil nº 06.2017.00001280-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Edvirgens Coelho Derzi - Assunto: Apurar a situação jurídico- ambiental do imóvel rural denominado fazenda Dois de Ouro, município de Antônio João/MS. - Projeto SOS Rios. **61) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001069-0** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Oásis Hookah Bar - Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental/urbanística praticada pelo empreendimento Oásis



Hookah Bar, consistente em exercício de atividade diverso para o qual obteve os alvarás, bem como desrespeito às normas ambientais vigentes no que tange à limitação de níveis de pressão sonora emitidos e destinação de resíduos sólidos produzidos. **62) Inquérito Civil nº 06.2018.00001894-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Milton Silva Pereira - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do Lote 88 do Assentamento Palmeira, de propriedade do Sr. José Milton Silva Pereira, em decorrência de possível extração ilegal de árvores em uma área equivalente a 3,6 ha. **63) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001139-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rubens Garcia Castilho - Assunto: Apurar supostos danos ambientais na fazenda Berrante de Ouro. **64) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002273-1** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Espartha Imóveis, Luis Paulo Cordeiro, SKANIX Construtora - Lopes, Morilhas e Araújo Freire Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. - Assunto: Apurar eventual irregularidade na comercialização do empreendimento Grand Village. **65) Inquérito Civil nº 1/2011** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul, unidade de Coronel Sapucaia - Assunto: Apurar possível degradação ao meio ambiente em razão de despejo de efluentes sanitários em via pública e em corpo hídrico superficial, inclusive podendo prejudicar a saúde da população de Coronel Sapucaia/MS. **66) Inquérito Civil nº 16/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Terenos - Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Terenos na implantação de redutores de velocidade com ondulação transversal pelas vias públicas desta localidade. **67) Inquérito Civil nº 1/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Juízo da 2ª Vara de Fátima do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa pela omissão dos gestores dos municípios de Fátima do Sul, Vicentina e Jateí no atendimento de vítimas em situação de risco, tendo em vista a ausência de CREAS. **68) Inquérito Civil nº 4/2015** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ofusque Bar - Assunto: Apurar notícia de eventual irregularidade ambiental consistente em poluição sonora e ausência de licenciamento ambiental no empreendimento denominado Ofusque Bar, em Dourados. **69) Inquérito Civil nº 3/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Fátima do Sul - Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa e dano ao erário, por parte do gestor público do município de Fátima do Sul, tendo em vista a utilização de verba pública em festividades de Carnaval na cidade de Fátima do Sul, em violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, economicidade e interesse público. **70) Inquérito Civil nº 4/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerentes: Agda Martins Arruda Rodrigues, Bianca Cristhiane Franco Candia e Jane Mary dos Santos Lopes - Requerido: Município de Ponta Porã/MS - Assunto: Apurar possível irregularidade no processo seletivo simplificado para contratação da equipe volante da assistência social de Ponta Porã, no ano de 2012. **71) Inquérito Civil nº 10/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Antônio João/MS - Assunto: Compelir o município de Antônio João/MS, a sanar irregularidade no que tange à efetivação de agentes comunitários de saúde, cujos beneficiados são as pessoas descritas no art.1º do Decreto Municipal nº 271/10, sem que houvesse a comprovação do que determina o art.2º, parágrafo único, da EC nº 51/2006. **72) Procedimento Preparatório nº 11/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Residencial Império Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. - Assunto: Apurar os aspectos acerca da preservação das áreas Verdes e Institucional do Loteamento Fechado Residencial Império. **73) Inquérito Civil nº 22/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Gilmar Soares de Souza - Requerido: Município de Ponta Porã/MS - Assunto: Investigar a existência de contratações temporárias irregulares de servidor técnico radiológico no município de Ponta Porã/MS. **74) Inquérito Civil nº 53/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ludimar Godoy Novais - Assunto: Investigar a existência de cargos comissionados no município de Ponta Porã que, por sua natureza, não se destinem às atribuições de direção, chefia ou assessoramento conforme estabelecido pelo artigo 37, inciso II e V da Constituição da República. **75) Inquérito Civil nº 40/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ludimar Godoy Novais - Assunto: Investigar a existência de contratações temporárias de professores fora das hipóteses legais permissivas no Município de Ponta Porã/MS. **76) Inquérito Civil nº 4/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS - Assunto: Apurar possíveis irregularidades decorrentes do Controle de Prestação de Serviços nº 040/2014. **77) Inquérito Civil nº 8/2016** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar e adotar providências na esfera cível acerca das condições

precárias da Unidade Regional de Perícia e Identificação da comarca de Corumbá/MS, tendo em vista o esgotamento e ineficácia das providências pelo GACEP. **78) Inquérito Civil nº 3/2017** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de irregularidades na execução dos recursos financeiros repassados pela União, ao Município de Naviraí, em decorrência do Programa 2030 - ação 8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no período de 01/01/15 a 30/06/16. **79) Inquérito Civil nº 2/2008** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar notícia de assoreamento da nascente do córrego Mário Rosa, localizado no município de Ponta Porã/MS.

Campo Grande, 25 de outubro de 2018.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA

Procuradora de Justiça e

Secretária Substituta do Conselho Superior do Ministério Público

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATO DO CONVÊNIO

Extrato do Convênio celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, e CAIXA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL-UNISAÚDE/MS, representada por seu Diretor-Executivo, Valdir Osvaldo Junior.

Processo nº PGJ/10/3607/2018.

Objeto: Credenciamento da UNISAÚDE/MS para receber a contribuição dos servidores optantes da cobertura dos serviços de assistência à saúde, mediante consignação em folha de pagamento.

Amparo Legal: Lei Estadual nº 1.102/90, com as alterações das Leis Estaduais nº 2.157/2000, e nº 4.048/2011; na Lei Estadual nº 2.207/2000; aos Decretos Estaduais nº 10.229/2001, nº 10.296/2001, e nº 11.261/2003; e à Lei Federal nº 8.666/93.

Vigência: 60 (sessenta) meses, contados da assinatura.

Data da assinatura: 19.10.2018.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

#### COXIM

#### EDITAL Nº 0093/2018/02PJ/CXM.

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105 - Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003913-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00001795-0, entre José Francisco de Carvalho e o Ministério Público Estadual.

Coxim/MS, 22 de outubro de 2018.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 0131/2018/01PJ/CXM.**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001422-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: IC 022/2016 migrado para o SAJMP. "Apurar eventual enriquecimento ilícito de Agente Público de Alcinoópolis/MS".

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 022/2016 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Coxim/MS, 24 de outubro de 2018.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2018.00001912-6**

RECOMENDAÇÃO N. 0003/2018/02PJ/CXM

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por meio da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Coxim/MS, no uso de suas atribuições, com fulcro nas disposições contidas na Constituição da República Federativa do Brasil, art. 127, caput e no art. 129, inciso II, bem como no artigo 27, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e, Considerando que o artigo 127, caput, da Constituição Federal, dispõe que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, dispõe que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para apreciação do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que o artigo 201, inciso VIII, do ECA, dispõe que compete ao Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis”; Considerando que segundo o artigo 208, inciso VII, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, TRANSPORTE, alimentação e assistência à saúde”;

CONSIDERANDO que os artigos 10, inciso VII, e 11, inciso VI, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinam que os Estados e os Municípios incumbir-se-ão de assumir o transporte escolar da rede estadual e municipal, respectivamente;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Estadual n. 3.488, de 12 de janeiro de 2008, sobre o transporte escolar na zona rural, especialmente nas hipóteses em que os municípios são conveniados ou corresponsáveis com o Estado pelo transporte de alunos da rede estadual;

CONSIDERANDO que o Código de Trânsito Brasileiro prevê em seu art. 136 os requisitos exigidos para que os veículos possam efetuar o transporte escolar, nos seguintes termos: “*Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto: I - registro como veículo de passageiros; II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança; III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas; IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;*

*V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira; VI - cintos de segurança em número igual à lotação; VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN”.*

CONSIDERANDO que nos autos do inquérito civil 06.2018.00001912-6 apurou-se que a frota de ônibus que realiza o transporte escolar na zona rural e urbana do município de Coxim-MS não está sendo realizada de acordo com os ditames legais, uma vez que há vários equipamentos de segurança danificados e em mau estado de conservação, bem como inexistência a figura do monitor que deveria estar presente durante o percurso;

CONSIDERANDO a nítida omissão do Município de Coxim na fiscalização do transporte escolar deste município, deixando de efetuar a manutenção dos veículos de sua própria frota, além da ausência de capacitação dos motoristas, bem como omissão na fiscalização das empresas contratadas que realizam o transporte escolar;

CONSIDERANDO as constantes denúncias e reclamações formalizadas por pais de alunos residentes na zona urbana e rural de Coxim-MS acerca das deficiências e interrupções do transporte escolar rural;

CONSIDERANDO que a persistir a omissão do poder público municipal na fiscalização e ausência de manutenção da frota escolar em perfeitas condições de rodagem, pode colocar em risco à vida e integridade físicas das crianças e adolescentes residentes no município, tanto na zona urbana quanto na zona rural;

CONSIDERANDO que caso as crianças residentes em área rural percam o ano letivo por ausência do regular transporte escolar, pode configurar ato de improbidade administrativa por omissão por parte do alcaide municipal e do secretário municipal de educação, nos termos do Art. 11, inciso II, da Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO que a educação recebeu na Constituição Federal de 1988 a confirmação de direito público subjetivo, sendo tratada como dever do Estado e da Família que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, consistindo num processo de aprendizado que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

CONSIDERANDO que conforme entendimento do constitucionalista Uadi Lamêgo Bulos<sup>1</sup> “A educação é o caminho para o homem evoluir. Por isso, é um direito público subjetivo, e, em contrapartida, um dever do Estado e do grupo familiar”. Considerando que a atuação do Ministério Público se afigura mais eficaz quando voltada ao combate da omissão do Poder Público na realização dos seus deveres constitucionais e legais;

CONSIDERANDO que a natureza jurídica do direito à educação, além de caracterizar-se como direito social, apresenta-se na classificação dos direitos fundamentais em gerações, do francês Karel Vasak, como um direito de segunda geração (dimensão), ou um direito à prestação positiva.

CONSIDERANDO que o Brasil é signatário do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDCP)<sup>2</sup>, sendo que no Artigo 13 encontra a previsão de que: “Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concorde, em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e a fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.”

CONSIDERANDO que conforme já decidiu o TJSP<sup>3</sup>, o transporte escolar deve ser providenciado, gratuitamente, a todos os estudantes, crianças e adolescentes do Município, das Zonas urbanas e rurais inteligência dos arts. 30, VI, 211, § 2º, E 227 da Constituição Federal de 1988, combinados com os arts. 54, I e VII, 208, I e V, do ECA.

CONSIDERANDO que nos termos do Art. 129, inciso II, da Constituição Federal, compete ao Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover, estando entre essas categorias de direito a garantia

<sup>1</sup> BULOS, Uadi Lamêgo. (2007). Constituição Federal anotada. 7ª edição. São Paulo, Saraiva. Pág. 363.

<sup>2</sup> Promulgado pelo Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992, da Presidência da República;

<sup>3</sup> TJSP, Apelação Cível 59.494-0/0, Comarca de Ituverava, Rel. Des. Nígro Conceição, j. 9-11-2000.

e efetividade do acesso à educação. Resolve, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar n.º 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 015/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 15 da Resolução n.º 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público,

RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor ALUIZIO COMETKI SÃO JOSÉ, Prefeito Municipal de Coxim/MS, e a Senhora RAQUEL SINGH, Secretária Municipal de Educação, e a quem quer que lhes sucedam ou substituam nos respectivos cargos, que:

a) Regularize a frota escolar municipal, no prazo de 10 (dez) dias, a fim de que todos os ônibus que realizam o transporte escolar, seja da Prefeitura ou de empresa terceirizada, estejam em perfeitas condições de uso, com a manutenção em dia, pneus em bom estado de conservação, itens de segurança em todos os assentos (além dos obrigatórios do veículo), devendo todos os veículos estarem com o selo de vistoria obrigatória do DETRAN/MS;

b) Mantenha o regular transporte escolar das crianças/adolescentes residentes na área rural e urbana do município, a fim de que nenhuma criança ou adolescente fique sem ir à escola por ausência de transporte escolar, devendo o município substituir os ônibus que estejam em manutenção por outro que esteja em bom estado de conservação, com a manutenção em dia, e com o selo do DETRAN-MS, sob pena de responsabilização pessoal do gestor;

c) Fiscalizem as empresas terceirizadas que realizam o transporte escolar no município, a fim de que utilizem apenas ônibus em boas condições de uso, com a manutenção em dia, pneus em bom estado de conservação, itens de segurança em todos os assentos (além dos obrigatórios ao veículo), devendo todos os veículos estarem com o selo de vistoria obrigatória do DETRAN/MS, devendo o município informar, no prazo de 10 (dez) dias, se os ônibus/veículos das empresas terceirizadas foram regularizados ou não;

d) apresente, no prazo de 10 (dez) dias, a relação de todos os veículos que realizam o transporte escolar, principalmente os que não participaram da vistoria escolar do DETRAN/MS e foram reprovados no 1º e 2º semestres de 2018, seja de propriedade da Prefeitura Municipal, ou de empresa terceirizada, com os seguintes itens: I cópia da documentação do veículo; II linha/percurso diário; III nome do motorista que dirige o veículo com cópia da carteira de habilitação e habilitação para condução de escolares; IV certificação de vistoria aprovada pelo DETRAN/MS;

e) Apresente, no prazo de 10 (dez) dias, cópia do contrato e do processo licitatório, de todas as empresas terceirizadas que possuem contrato de transporte escolar com o município. Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação:

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação:

- Ao Presidente do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- À Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de conhecimento;
- À Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, para conhecimento;
- À Câmara de Vereadores de Coxim, a Polícia Militar de Coxim, e Conselho Tutelar de Coxim, para conhecimento;
- Ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, para conhecimento;
- Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, para ciência.

Considerando o interesse público que permeia o objeto desta recomendação, publique-se no Diário Oficial do MP/MS.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências indicadas, ensejando o reconhecimento de omissão caso não adotadas as medidas recomendadas acima, possibilitando o manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Concede-se ao Município de Coxim/MS e à Secretaria Municipal de Educação o prazo de 24 horas para que informem por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento da recomendação, tendo em vista a informação que alunos da Linha da BARRANQUEIRA que residem na região da saída de Coxim em direção ao PANTANAL, estrada do pantanal, beirando o rio Taquari, RECANTO SÃO LUIZ, FAZENDA ALDEIA entre outras, não estão frequentando a escola por ausência do transporte escolar.

Coxim-MS, 23 de outubro de 2018.

DANIELLA COSTA DA SILVA  
Promotora de Justiça

#### ITAPORÃ

---

##### **EDITAL N. 06/2018/PJ-ITP.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002936-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Wallas Gonçalves Milfont e Marcos Wagner Frota.

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa, cometido, em tese, pelo ex-Gestor Municipal, Wallas Gonçalves Milfont, e pelo ex-Gerente de Serviços Urbanos, Marcos Wagner Frota, na reforma da garagem municipal, em razão de terem adquirido materiais em quantidade diversa daquela, de fato, empregada nas obras.

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS  
Promotor de Justiça.

#### MIRANDA

---

##### **EDITAL N° 009/2018.**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003008-6.

Representante: Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Investigado: Homero Pires Diacópulos (Fazenda Creta).

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais na Fazenda Creta, situada no município de Miranda-MS, consistentes em: destruir e danificar de 37,53 hectares de florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa ou espécies nativas plantadas, objeto de especial preservação, sem autorização ambiental, conforme Parecer n.º 309/17 e Parecer Técnico n.º 17/18, cujo desmatamento se deu em vegetação secundária no estágio inicial de regeneração do bioma Mata Atlântica.

Miranda/MS, 24 de outubro de 2018.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 010/2018.**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003009-7.

Representante: Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Investigado: Luiz Felipe Machado Florença (parte da Fazenda São José).

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais na Fazenda São José, situada no município de Miranda-MS, consistente em desmatar a corte raso de 9,83 hectares de vegetação nativa, fora da reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente.

Miranda/MS, 24 de outubro de 2018.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

---

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL Nº 0091/2018/01PJ/PPR.**

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00000801-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000801-8.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): Município de Ponta Porã, Ludimar Novais e Danielle Lemoigne dos Santos

Assunto: Apurar possível violação aos princípios norteadores da administração pública durante a vigência do contrato de aluguel nº 15 de 2014, bem como investigar a ocorrência de prejuízo ao erário.

Ponta Porã/MS, 10 de julho de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**BATAYPORÃ**

---

**EDITAL Nº 017/2018.**

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00003019-7, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003019-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Ivan Roberto.

Assunto: Apurar ilícito ambiental ocorrido no imóvel rural denominado Estância IR, tendo em vista a queimada de 6 ha de pastagem sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

Batayporã, 24 de outubro de 2018.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0072/2018/PJ/DPS.**

Correção do Edital nº 0062/2018/PJ/DPS.

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00002752-6.

Noticiante: Ministério Público Estadual, Ministério Público Estadual.

Interessado: Nova Roma Loteamento e Incorporadora S/s Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade de loteamento denominado "Amora Branca", neste município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 25 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS  
Promotor de Justiça

---

**SONORA**

---

**EDITAL Nº 0027/2018/01PJ/SNR.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00002712-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho n.º 90 – Centro, em Sonora-MS ou através do endereço na internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00002712-6.

Requerente: Rio Corrente Agrícola SA, Rio Corrente.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar a regularidade das atividades de queima controlada de palha de cana realizadas pela Empresa Rio Corrente Agrícola S.A, no Município de Sonora/MS.

Sonora-MS, 22 de Outubro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA  
Promotor de Justiça